

CIÊNCIA POLÍTICA

Victor Nunes Leal
Da Universidade do Brasil

I. SINAIS ANIMADORES

(*) Convidado pelo ilustre Diretor Eremildo Viana, a quem muito agradeço a distinção, preferi discorrer, nesta aula inaugural, sobre a conceituação da ciência política, para render homenagem à minha própria Escola. É, com efeito, aos cursos de ciências sociais das Faculdades de Filosofia que devemos a orientação sociológica já predominante nos estudos políticos empreendidos no Brasil. Nosso reconhecimento dirige-se igualmente aos mestres estrangeiros que nos ajudaram a traçar essa nova perspectiva, e não podemos desconhecer ou subestimar os trabalhos precedentes (criteriosamente sumariados pelo Prof. Djacir Menezes, na resenha que preparou para a UNESCO), nem a contribuição pioneira dos precursores.

Além das Faculdades de Filosofia, possuímos outras instituições onde a nossa disciplina vem sendo cultivada com preocupação de rigor científico. Refiro-me ao Instituto de Direito Público e Ciência Política, da Fundação Getúlio Vargas, a que me honro de pertencer; ao Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais, recém-criado por iniciativa da UNESCO; à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, cujo programa abrange problemas políticos; à Escola Superior de Guerra, em cujos seminários amplamente se debatem temas dessa natureza, e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, mais recente, mantido pelo Ministério da Educação e Cultura. Também muito auspicioso é saber que está prestes a ser organizado, em nossa Universidade, um Instituto de Ciências Sociais.

De outra parte, uma excelente *Revista Brasileira de Estudos Políticos* vem sendo editada em Belo Horizonte, pelo Prof. Orlando Carvalho, sob o patrocínio da Universidade de Minas

(*) Aula inaugural proferida na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em 4-3-58.

fico. A despeito das atuais preocupações com foguetes e satélites, o espaço interno é mais importante para nós do que o externo e o homem ainda continua a ser o seu maior perigo.

Como disse no começo, e agora repito, precisamos de alguma forma aprender a controlar e assimilar o nosso desenvolvimento científico e zelar para que seja utilizado em nosso benefício e não para a nossa destruição.

A idade nuclear está apelando para a ciência política a fim de que assuma o lugar a que tem direito, trazendo significativas contribuições para a paz mundial e a fim de controlar e dirigir a revolução científica que nos procura sufocar.

Posso concluir dizendo como Goethe, aquele grande admirador da Itália: "É fácil fazer leis, porém, difícil governar".

Gerais; outra, congênere, vai ser lançada brevemente pelo Instituto de Direito Público, por sugestão do Prof. Themístocles Cavalcanti, e são dignas de registro as publicações do jovem grupo dirigente do ISEB, sem falar no acolhimento que os editores de livros e periódicos têm dispensado aos ensaios de política.

Outra razão da escolha do tema desta palestra é a controvérsia em que continua mergulhado. Embora se observe geral concordância sobre a inclusão na área da nossa ciência de certas matérias como o poder, os partidos, o processo eleitoral, as instituições políticas, a propaganda, a liderança... não há conformidade quanto ao critério teórico da seleção, nem quanto à natureza, método e técnicas da disciplina. Mas não desejo cansar demasiadamente o distinto auditório com a enfadonha enumeração de teses divergentes, nem alimento a pretensão de haver superado velhas polêmicas. O que vos trago é uma contribuição singela, na esperança de esclarecer algum ponto mais obscuro. Se por vezes a minha linguagem vos der a impressão de que navegamos em águas tranquilas, não vos deixeis iludir: bastará um livro da especialidade, tomado a êsmo na estante, para desencadear a procela.

O inconformismo e pugnacidade, que ainda dominam a ciência política, derivam da natureza mesma dos problemas que ela investiga, relacionados com a organização e o exercício do poder, e estão vinculados às próprias origens desse ramo do conhecimento, que se destacou da filosofia política. "A filosofia política e a ciência política — observa Cole — não têm sequer uma história separada, mas comum, embora às vezes a tônica recaia numa ou noutra, e a arte política, de seu lado, extrai argumentos e ilustrações de ambas".

Há alguns anos um amplo inquérito foi promovido pela UNESCO a respeito da ciência política, e dele resultou um volume de mais de setecentas páginas (*La Science Politique Contemporaine*), contendo somente trabalhos selecionados. Entre outras conclusões, revelou essa investigação que o estudo das doutrinas políticas, seja do ponto de vista filosófico, seja do histórico, ainda ocupa grande parte do tempo dos cientistas sociais, mas a tendência moderna é para se dar atenção maior, não às idéias, mas aos fatos políticos.

Assim, o primeiro problema que se nos depara, na conceituação da ciência política, é explicar que coisa são os fatos ou fenômenos políticos, que constituem o seu objeto. Mas para melhor compreendermos o que são os fenômenos políticos, deveremos começar por um esclarecimento a respeito do problema do *contrôle social*.

II. CONTRÔLE SOCIAL

Observa o Professor Hollingshead (1) que a qualquer tipo de organização social é inerente um sistema de controle de comportamento, e esse sistema de controle, ao mesmo tempo que prepara o indivíduo para agir de acordo com as expectativas do grupo (através, por exemplo, do processo social da educação), também o *estimula* ou *compele* a ter esse comportamento mediante o variado mecanismo das sanções sociais, que inclui desde os prêmios e louvores, de um lado, até, no extremo oposto, a pena de morte.

Esse controle social do comportamento humano manifesta-se, ou de maneira inconsciente, involuntária, "natural", por meio dos costumes, das crenças, dos ritos, dos hábitos, dos modos de sentir, de pensar e de agir, que herdamos, quase sem saber como, dos nossos antepassados; ou de maneira consciente, deliberada, construída, formal. Quanto ao segundo aspecto — o do controle social deliberado — devemos atentar, principalmente: 1º) para o processo social da educação, mecanismo normativo conscientemente organizado e dirigido; 2º) para a religião, que também funciona como sistema de formação de comportamento racionalmente estruturado; 3º) para a propaganda, objeto hoje de uma técnica meticulosamente elaborada; 4º) para o *poder*, sobretudo para o poder do estado, que é a forma tecnicamente mais desenvolvida de controle social. Nesse mecanismo do controle social deliberado, o poder é que desempenha o papel principal e de maior responsabilidade, devido à interferência crescente, e cada vez mais intensa, do estado no domínio social e econômico.

III. O PODER

O poder, na sua expressão genérica e mais ampla, exprime a capacidade de obter resultados sociais. Se alguém, ou algum grupo, está em condições de produzir resultados de natureza social, mediante processo de natureza também social, esse indivíduo ou grupo dispõe de uma parcela de poder. O poder traduz, pois, e sempre, uma relação social, é um produto necessário da vida em sociedade, como observou o Prof. Hermes Lima (2),

(1) A. B. Hollingshead, «Contrôle Social», em *Estudos de Organização Social*, editado pelo Prof. Donald Pierson (S. Paulo, 1949), tomo II, p. 391.

(2) Hermes Lima, «Notas sobre a Natureza do Poder Político», na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, vol. 1, p. 9 (dez., 1956).

porque resulta da necessidade de coordenação e de organização do grupo.

Exprime-se o poder através de manifestações parciais, ou elementares, que se integram numa formação mais complexa, o poder dominante, a que adiante faremos referência.

A essas influências, que constituem manifestações elementares ou parciais de poder, chamaríamos, mais apropriadamente, *fôrças políticas*. Mas o uso já vulgarizou designá-las pelo mesmo substantivo *poder*, ao qual se apõe um qualificativo que define e restringe o conceito.

Temos, assim, admitidas na linguagem corrente, as expressões *poder militar*, *poder econômico*, *poder sobre a opinião*. Nesta última forma verbal — poder sobre a opinião — cabem tôdas as manifestações de *prestígio*, salvo as que provenham da riqueza (caso em que seria poder econômico), ou da fôrça (porque seria poder militar). Como poder sobre a opinião se entende, portanto, o prestígio profissional, o social, o moral, o religioso, o intelectual, o artístico, o eleitoral, etc. Ao prestígio derivado da religião também é usual chamar-se *poder religioso*.

Essas fôrças políticas, essas expressões elementares ou parciais de poder, inter-agem, isto é, agem e reagem umas em relação às outras, numa dinâmica de extrema complexidade, com resultados que diferem segundo a maior ou menor eficácia de cada uma das fôrças inter-atuantes, e êsse grau de eficácia varia conforme as circunstâncias de tempo e lugar, conforme a ambiência social, a natureza das instituições, os atributos dos personagens, etc.

A resultante dêsse complicado e muitas vêzes ininteligível processo de interação, não é mais uma expressão parcial ou elementar de poder; a resultante da interação das fôrças políticas é um produto congênere, porém mais complexo do que seus elementos integrantes, ao qual poderemos chamar *poder dominante*. No grau mais elevado, a êle corresponde, não sômente a capacidade de *innovar* no plano social, isto é, a capacidade de alterar, em determinadas condições, as normas e comportamentos vigentes e até a própria estrutura política ou social.

A essa manifestação e *poder dominante*, que resulta da interação das fôrças políticas, é que chamamos *poder político*, se considerado no seu aspecto social, e poder do estado ou *poder estatal*, quando tomado no seu aspecto jurídico, isto é, na sua função de contrôle do direito. Assim, na nomenclatura que aqui utilizamos, os conceitos de poder político e poder estatal exprimem, por definição, o poder dominante.

Se o poder dominante resulta, como dizíamos, da interação das fôrças políticas, verificaremos, numa outra ordem de idéias

que o panorama da vida política é representado pelo conjunto das ações e reações dos grupos e dos indivíduos que controlam aquelas fôrças políticas. Simplificando o processo, podemos dizer que aquêles grupos e indivíduos procuram, ou assumir o poder do estado, ou articipar dêle, ou nêle influir por qualquer outra forma. Êste é o quadro no plano objetivo; no domínio subjetivo, no plano das intenções, essa complexa atividade o que tem em vista é a realização dos propósitos dos grupos e indivíduos que controlam as fôrças políticas, e êsses propósitos nem sempre correspondem ao interesse geral.

Em compensação, a manipulação do poder dominante nem sempre dá o efeito pretendido, porque os resultados dependem, dentro de certos limites, do condicionamento social, que restringe o alcance a vontade e da ação política, predeterminando, modificando, ou impedindo as consequências desejadas. "O que importa — nota LASKI — não é o que os homens acreditam que estão fazendo, mas o significado do que realmente fazem" (3). Essa observação é da maior importância no curso do nosso raciocínio, porque, se assim não fôsse, não haveria ciência política. Sem aquêle condicionamento social da ação política, esta seria arbitrária na sua motivação e nos seus resultados, e o que é arbitrário na motivação e nas consequências não pode constituir objeto de uma ciência.

IV. FENÔMENOS POLÍTICOS

A vida política gira, pois, em tórno do poder, traduz relações do poder. À primeira vista, portanto, a idéia de *governo* poderia servir de ponto de referência para determinação da matéria ou do objeto da ciência política. Mas governo envolve a idéia de poder político institucionalizado, poder dominante, poder estatal, e tôdas estas expressões designam espécies do gênero poder. Sendo, pois, o conceito de poder mais amplo que o de governo, não deve êste último ser tomado para ponto de referência na caracterização do objeto da ciência política, para não deixar fora do seu âmbito matérias que sem dúvida lhe correspondem.

O conceito de poder, por seu lado, embora mais amplo que o de governo, não abrange todos os problemas envolvidos na área do contrôle social, nem mesmo daquela parte que constitui o contrôle social deliberado, consciente, racionalizado. Assim, também o conceito de poder não é o mais apropriado para tórno

(3) Harold J. Laski, «El Estado en la Teoria y en la Practica», trad., p. 117.

de referência da matéria que constitui ou deve constituir objeto da ciência política.

Entretanto, dos conceitos de controle social e de poder facilmente extrairemos uma outra noção, que é o conceito de *direção da sociedade*, direção no sentido mais amplo do vocábulo e na sua significação abstrata, exprimindo, assim, toda e qualquer forma social concreta, isto é, direção da sociedade em qualquer sentido ou de qualquer natureza, abrangendo não somente a orientação dominante em determinado momento, como também as forças políticas não dominantes, que aspiram a preponderar ou influir e atuam nesse sentido. Todas essas manifestações concretas da vida política, pelas suas relações recíprocas, contribuem para a formação da noção abstrata de direção da sociedade, conceito que exprime, portanto, toda e qualquer *relação de poder*.

Corresponde, pois, o conceito restrito de controle social, isto é, controle social consciente e deliberado, nas palavras de Helen Everett, (4) à "*direção ativa e racional o processo social*", na medida, é claro, em que o processo social é passível de ser dirigido, deliberadamente, pelo homem. Assim, esse tipo de controle, abrange, além de outras relações sociais, a totalidade das relações de poder.

A idéia de direção da sociedade é, pois, mais adequada que a de poder ou de governo, para caracterizar aqueles fenômenos sociais que são ou devem ser objeto da ciência política.

Desde logo (vamos repetir o óbvio), a ciência política estuda fenômenos da vida grupal, porque não há política no mundo de Robinson; mas, a nosso ver, não há fenômenos sociais que sejam, na sua totalidade, fenômenos políticos, objeto somente da ciência política. Os fenômenos sociais que qualificamos de políticos só são objeto da nossa ciência, só são fenômenos políticos *sob um aspecto peculiar*, isto é, naquela de suas manifestações que porventura esteja relacionada com a direção da sociedade, no sentido em que usamos este conceito. Quanto aos demais aspectos, sob que possam ser encarados, aqueles fatos sociais serão objeto de outras ciências sociais, não da política.

Convém exemplificar. Um grupo populacional miserável, desamparado, é um fato social. Este fato é susceptível, antes do mais, de um tratamento científico por parte dos economistas, porque causas econômicas terão contribuído para a situação de indigência do grupo. Mas como a existência desse grupo, em certas circunstâncias, gera problemas que afetam ou podem

(4) Helen Everett, «Social Controls», na Encyclopaedia of the Social Sciences.

afetar por qualquer forma a direção da sociedade, sob este aspecto, e somente sob este aspecto, deve aquele fato social ser considerado também um fato ou fenômeno político, e nesta qualidade, que não envolve a totalidade do fenômeno, recai ele no campo de estudo da ciência política.

Outro exemplo (para ficarmos apenas em dois) é o da energia nuclear. Em princípio, trata-se de um problema de física, mas o interesse de ordem bélica que apresenta (sem o qual talvez não tivéssemos desvendado ainda tantos segredos do átomo) e as suas demais implicações políticas conferem ao problema da energia nuclear, sob tal aspecto, a categoria de fato político, a ser estudado também pela nossa ciência.

Usamos, portanto, o conceito de direção da sociedade como termo de referência. Qualquer fenômeno social que possa estar relacionado com a direção da sociedade (ainda que em certas condições de tempo e de espaço tal relação não se exprima de forma concreta, mas apenas potencialmente) deve ser considerado, para fins de estudo, fenômeno político, ou fato político, mas não em sua totalidade, porque tal fato só será político sob aquele aspecto que o relacione com a direção da sociedade, e não sob os demais aspectos que o arrastam para o campo de outras ciências.

É fácil concluir, portanto, que, a nosso ver, a diferença entre o fenômeno político e outros fenômenos sociais (que sejam objeto da ciência econômica, da sociologia, da antropologia etc.) não seria uma diferença ontológica, ligada à própria essência ou substância do objeto, mas uma diferença qualitativa. Não é, pois, o *ser* do fenômeno, mas uma sua qualidade, manifestação, ou aspecto, que lhe confere, em tais ou quais circunstâncias, o caráter de fenômeno político, suscetível de ser estudado pela ciência política.

Ponto de vista aproximado deste, mas, infelizmente, não desenvolvido em suas implicações teóricas, é o exposto pelo Prof. Fernando de Azevedo (5), nos seguintes termos: "Não há, de fato, questão — qualquer que seja sua natureza intrínseca, — que não possa tomar, em certas circunstâncias, um caráter político. A noção do "político" se reduziria então a uma "qualidade", uma "tonalidade" que se liga de preferência a certos objetos, mas não se prende necessariamente a nenhum, tomando os fatos esse caráter ou despojando-se dele, conforme os valores, o comportamento e as reações do grupo, em cada fase da evolução de uma sociedade dada e, portanto, segundo suas representações coletivas".

(5) Fernando de Azevedo, *Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil* (Rio, 1948), p. 3.

V. TEMAS DA CIÊNCIA POLÍTICA

A partir deste enunciado geral, poderemos traçar um quadro sumário (e, portanto, omissivo) da matéria que constitui o objeto da ciência política.

Em primeiro lugar, teremos o estudo do *contrôle social*, especialmente das formas de *contrôle social* consciente ou deliberado, sobretudo do poder, que é o fenômeno preponderante.

Em segundo lugar, vem o estudo da *organização e evolução do poder*, que envolve o exame da sua origem nos grupos mais remotos e a análise das *instituições políticas*, formas sociais que concretizam as diversas modalidades ou concepções de organização do poder.

Em terceiro lugar, como desdobramento e complemento da segunda parte, passamos ao estudo das *fôrças políticas*, isto é, ao estudo daquelas manifestações parciais de poder, de cuja interação resulta o poder dominante, que é o poder político, ou poder estatal, conforme seja encarado, respectivamente, sob o aspecto social, ou sob o jurídico. Nesta área da nossa disciplina, estudaremos os grupos econômicos, inclusive as organizações operárias, a influência militar, a atuação das igrejas, os sistemas de educação, os partidos políticos, os grupos de pressão, a opinião pública nas suas variadas expressões, a propaganda política etc. Estudaremos também — o que é da máxima importância — o mecanismo e o processo através dos quais diversas manifestações parciais de poder inter-agem, isto é, agem e reagem umas sobre as outras, para formar o poder dominante, como resultante desse jogo de forças e influências. Esse estudo é da máxima importância, repetimos, porque penetra na intimidade do processo social, no âmago da dinâmica da sociedade, que é o tema fundamental — e o mais sedutor — da ciência política.

Continuando a esboçar o quadro das matérias dessa disciplina, teríamos, em quarto lugar, o estudo das relações entre as organizações de poder institucionalizadas: relações internas, nos países em que a autoridade política é repartida com entidades dotadas de relativa autonomia, como acontece nas federações, ou onde exista um florescente municipalismo; e relações internacionais, quando se processam entre estados, no plano da política internacional.

Viria em quinto lugar o estudo das doutrinas políticas, consideradas estas, não no plano valorativo, assunto próprio da filosofia política, mas na sua qualidade de fatos sociais, isto é, na qualidade de manifestações sociais que influem no comportamento humano, que se projetam na realidade da vida política. O valor intrínseco das doutrinas (que neste sentido não se

confundem com as teorias), a validade das suas formulações, a correção do seu conteúdo de valor, nada disso deve interessar, especificamente, à nossa disciplina, que é uma ciência positiva, empírica, votada ao estudo dos fatos sociais e das suas correlações.

A ciência política não é normativa, porque não formula princípios éticos, ou filosóficos, nem elabora valores, tarefa que cabe à moral, ou à filosofia ou doutrina política. Mas a ciência política, embora não formule princípios normativos, nem elabore valores, não é todavia, indiferente aos valores, como adiante procuraremos explanar.

Para completar o quadro das matérias da ciência política, deixamos para o fim, como poderíamos tê-los mencionado de comêço, os problemas da conceituação da ciência política, do seu objeto e dos seus métodos. Esse estudo também pertence ao campo da ciência política, e tanto pode ser considerado introdutório das demais matérias, quando se apresente como exame preliminar e superficial, como pode constituir o capítulo final da nossa ciência, se tratado com aquela profundidade que pressupõe o conhecimento anterior de toda a matéria restante.

É parte desse estudo a velha e sempre renovada controvérsia a respeito da própria possibilidade da ciência política.

VI. POSSIBILIDADE DA CIÊNCIA POLÍTICA

Não cabe, nesta oportunidade, um exame aprofundado do assunto, mas podemos recordar a objeção mais séria, baseada na natureza do ser humano, que é, em última análise, o objeto das ciências sociais. De acôrdo com esse argumento, o conhecimento científico dos fatos sociais não seria possível, porque o homem, sendo racional e livre, é senhor do seu destino, e seu comportamento social não está subordinado a leis naturais. A crítica não é de toda verdadeira, porque há muito mais uniformidade no comportamento dos homens em sociedade, do que à primeira vista se pode supor. Os estudos a respeito, por exemplo, da criminalidade e do suicídio, revelam uma inegável correlação entre a frequência de tais fenômenos e a ocorrência de determinadas condições sociais. As pesquisas a respeito da propaganda permitem predeterminar os seus efeitos com relativo grau de certeza. As investigações sobre educação e opinião pública, as experiências a respeito das atitudes, a análise dos desajustamentos juvenis nas grandes cidades, enfim um sem número de exemplos demonstra que a conduta social do ser humano é em larga escala condicionada e predeterminada por fatores de ordem social. O homem, sem

deixar de ser um ente racional, é também um ser histórico, porque a sua personalidade não vem completa do berço, mas se desenvolve e é modelada sob as influências do meio social. "O homem — escreve Heller — é o produto e ao mesmo tempo o modelador da sua história, é um elemento comparativamente constante que evolue enquanto vive". (6)

Se os homens se comportassem na vida social como seres completamente livres, realmente não poderia haver conhecimento científico da sociedade. Mas a convicção mais generalizada é em sentido contrário. Há uniformidades e correlações necessárias na vida social do mesmo modo que no mundo da natureza. O papel das ciências sociais é investigá-las, apesar da sua complexidade e das asperezas da tarefa.

Assim como da natureza *racional* do homem se extraiu argumento contrário à possibilidade da ciência política, também a natureza *histórica* do homem deu origem à objeção semelhante, mas apoiada em premissas opostas. Segundo esse raciocínio, não haveria pensamento que não fôsse condicionado socialmente, tão poderosa é nas suas conseqüências a essência histórica da personalidade humana. Em outras palavras, o teorista político, por mais que se suponha objetivo, racional, isento, não deixaria de exprimir, no seu pensamento, a sua própria condição social, o ambiente onde proveio, a sua experiência de vida, os modos de sentir e de pensar do seu grupo, as idéias que lhe foram inculcadas no período de formação da sua personalidade; enfim, todo esse condicionamento social tornaria o seu pensamento de tal modo cativo que seria menos construído por ele do que prefabricado pela sua ambiência social, e as suas elaborações teóricas afinal apenas exprimiriam, de maneira menos brilhante ou mais sedutora, a ideologia da sua geração, da sua classe, da sua nação, enfim, do grupo social a que estivesse mais intimamente vinculada à estrutura da sua personalidade.

Esse argumento, a ser verdadeiro, conduziria à impossibilidade da ciência política, não por serem as ações do homem racional e livre insubmissas a qualquer lei natural da sociedade, mas pelo motivo oposto, isto é, por serem as ações e o próprio pensamento do ser humano demasiadamente influenciados pela sua situação social.

O fato fundamental que serve de base ao argumento que acabamos de examinar, isto é, a influência do meio social sobre o pensamento humano, na verdade não pode ser contestado, e em torno desse tema se desenvolve hoje um amplo ramo dos estudos sociológicos, a *sociologia do conhecimento*.

(6) Hermann Heller, «Poder Político», trad., Revista Forense, vol. 107, p. 34.

É bem conhecida a acusação de Napoleão aos seus adversários. Ele os chamava, pejorativamente, *ideólogos*, para significar que usavam o raciocínio, a dialética, em suma o pensamento, para sustentar opiniões predeterminadas. Daí surgiu o conceito moderno de *ideologia*, no sentido de sistema de idéias distorcidas ou deformadas pelo condicionamento social de quem as formula. Levado ao exagero esse dado fundamental, de observação corrente, as construções que chamamos *científicas*, no plano da política, não passariam de sistemas ideológicos, no sentido de sistemas de idéias deformadas pela influência de fatores sociais. Em tal hipótese, não seria possível a ciência política, pela inexistência de um critério válido de verdade sobre que repousar. Mas o sociólogo que mais extensa e profundamente se tem dedicado a esse tema — Karl Mannheim (7) — felizmente nos livra dessa angústia, concluindo pela possibilidade da ciência política como ciência objetiva. Não é que ele subestime a influência de fatores sociais na formação do próprio pensamento teórico, mas não pode deixar de admitir, ainda que implicitamente, como bem acentua o professor Nelson de Sousa Sampaio, (8) que os homens de pensamento e de pesquisa sejam capazes, pelo adexramento profissional, pelo treinamento especializado, de se libertar, tanto quanto necessário, do seu condicionamento social para ver os fatos sociais de maneira relativamente objetiva e imparcial. Não haverá, talvez, uma isenção total, absoluta, mas é possível aos cientistas sociais, escrupulosamente preparados, adquirir um grau de objetividade pelo menos equivalente ao que se encontra em outros ramos do conhecimento científico.

Realmente, os preconceitos ou pré-noções de que sejamos portadores podem perturbar as nossas observações, não só nas ciências sociais, como em qualquer outra ciência. Lembremos a este respeito, a título de ilustração, apenas um caso, ocorrido nos Estados Unidos. (9) O Professor Bean, que era muito predisposto contra os negros, propôs-se investir se os pretos tinham capacidade intelectual menor que a dos brancos. Com esse objetivo, mediu cuidadosamente um lote de crânios de negros e outro de crânios de brancos. Encontrou, em média, menor volume na parte frontal do crânio dos negros e maior volume na sua parte posterior. Segundo as concepções correntes na época, sobre a localização das faculda-

(7) Karl Mannheim, *Ideologia e Utopia*, trad. de Emílio Willems (1950).

(8) Nelson de Sousa Sampaio, *Ideologia e Ciência Política* (Bahia, 1953).

(9) O episódio vem descrito em Otto Klineberg, *Social Psychology* (2ª edição, N. York, 1954).

des psíquicas no cérebro, o resultado da pesquisa significava menor capacidade intelectual dos negros em relação aos brancos e maior aptidão para as artes. Suas conclusões alcançaram grande sucesso, porque a experiência fôra abonada pelo rigor da medição científica.

Alguns anos depois, o Professor Mall (que dirigira os trabalhos anteriores do Prof. Bean, mas que não era portador dos mesmos preconceitos), resolveu repetir a experiência no Departamento de Anatomia da Universidade Johns Hopkins, utilizando-se do mesmo material da outra pesquisa, que tinha sido conservado intacto. Para isso, procedeu a novas medições, mas com método diferente, isto é, sem identificar, antes da medição, os crânios dos negros e os dos brancos. Todos foram rotulados com números, fazendo-se a identificação somente depois de tomadas as medidas. O resultado foi surpreendente: as médias encontradas para brancos e pretos, quanto ao volume das partes anterior e posterior do crânio, eram equivalentes.

A honestidade do Professor Bean estava ao abrigo de qualquer dúvida, mas êle fôra vítima de seus preconceitos numa operação puramente material, como era a medição de crânios. É, portanto, perfeitamente admissível que os estudiosos das ciências sociais, especialmente da ciência política, possam ser vítimas, eventualmente, desse tipo de distorção mental. Mas essa possibilidade, que também ocorre em outras ciências, não invalida a tese de que os cientistas sociais podem ser adestrados para corrigir, em grau cada vez mais satisfatório, aquelas imperfeições, até atingir resultados que sejam válidos do ponto de vista científico. No caso do Prof. Bean, como vimos, bastou mudar a técnica da pesquisa para compensar a influência deformadora do preconceito. É, pois, imprescindível um melhor entendimento, entre os cientistas, quanto ao método das ciências sociais, e um constante aperfeiçoamento das suas técnicas.

VII. MÉTODO E TÉCNICAS

Realmente, o capítulo do método, na ciência política, ainda está mergulhado na confusão. O inquérito que a UNESCO promoveu e ao qual já nos referimos, versou, em grande parte, sobre o problema do método e das técnicas, especialmente do método, na ciência política. (10) Observou, a propó-

(10) La Science Politique Contemporaine. Contribution à la Recherche, la Méthode et l'Enseignement (1950).

sito, o Prof. Massimo Salvadori, no seu resumo dos trabalhos publicados, que os especialistas, freqüentemente, empregam o vocábulo método para significar coisa diferente. Alguns aludem a método para designar o tipo de dados que utilizam. Fala-se, por exemplo, em método antropológico, econômico, jurídico, sociológico, psicológico... para indicar, na realidade, a preferência pela utilização de dados, respectivamente, da antropologia, da economia, do direito, da sociologia, da psicologia. Mas é coisa bem diversa de método essa predileção dos pesquisadores por determinado tipo de material.

Também têm sido qualificado de método alguns processos técnicos de coleta de dados. É o que ocorre, por exemplo, quando se fala de método histórico, ou método estatístico, relativamente ao emprêgo das técnicas da história ou da estatística na reunião do material de estudo.

Também têm significado método, para alguns autores, embora não muito conscientemente, os seus pontos de vista pessoais ou as hipóteses de trabalho que utilizam no exame do material submetido ao seu estudo. Já se falou até de *método da liberdade*, em relação a autores que estudam fatos políticos orientados pelo propósito de favorecer a expansão das liberdades públicas. O chamado método filosófico também se inclui nesta categoria. E a preferência por determinado tipo de material (por exemplo, o material econômico, ou geográfico) o que traduz, muitas vezes, não é um método, mas uma opinião preconcebida, uma posição doutrinária, uma interpretação da vida social.

Na verdade, porém, a ciência política, para ser uma ciência empírica, positiva, o que há de empregar é um método só, o método científico, (11) utilizando, porém, quantas técnicas sejam necessárias ao estudo específico dos seus numerosos problemas, porque essas técnicas não variam apenas de ciência, mas também de acordo com a natureza especial de cada matéria objeto de investigação. Se assim acontece nas chamadas ciências exatas, porque haveria de ser diferente na ciência política? As técnicas diferem, nem pode ser de outro modo, mas o método científico apresenta sempre as mesmas características, porque consiste, essencialmente, na observação sistemática do objeto de estudo, na classificação do material recolhido, na comparação desses dados, na sua interpretação e, finalmente, na demonstração da validade do resultado.

No curso desse complexo processo é que se insere a expe-

(11) Ver os estudos de Charles Eisemann e de Benjamin E. Lippincott, em La Science Politique Contemporaine, cit.

rimentação, uma das operações fundamentais do método científico. É, pelo menos, aquela que dá maior grau de certeza, maior teor de validade às conclusões da ciência. E já se tem afirmado que o método científico é inadequado às ciências sociais pela impossibilidade da experimentação. Mas o argumento vem sendo superado, porque já é grande o número de experimentos de natureza social. Essas experiências não podem ter, é claro, o grau de pureza dos da física ou da química (que permitem isolar as variáveis cuja observação interessa ao analista), porque no meio social este isolamento não é possível na mesma escala. Mas, pelo caminho já percorrido, não se pode duvidar do desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas de experimentação social.

Têm-se dito, por vèzes, que a observação de certos casos anômalos (como são, por exemplo, os das pessoas encontradas em estado de isolamento, sem contacto humano e, portanto, sem comportamento humano) corresponde a uma experimentação indireta. Mas, na realidade, não se trata de experimentação, porque não é o analista quem dispõe os elementos a serem observados. O que em tal caso se obtém é um dado da natureza em condições excepcionais de observação. A experimentação pode ocorrer ulteriormente, digamos durante o período de educação dessas criaturas. Aliás, a educação e a saúde pública são dois campos em que muito se tem desenvolvido a técnica da experimentação social, porque é possível cumprir um programa pedagógico ou sanitário em relação a um grupo ou uma área, enquanto se executa programa diverso relativamente a outro grupo ou área em condições idênticas, como é possível executar o mesmo programa para grupos de características diferentes. A observação dos resultados constitui uma autêntica experimentação social, e muitas já têm sido feitas com pleno êxito.

Um tipo de experiência realizado, especificamente, no domínio da ciência política, é representado pelos clubes escolares do Prof. Lippitt. Enquanto alguns foram por êle organizados em bases democráticas, a outros deu feição autoritária, criando-se, desse modo, condições satisfatórias de isolamento, que lhe permitiram valiosas conclusões sobre a influência do clima democrático e do clima autoritário sobre o comportamento das crianças.

No tocante à psicologia industrial, especialmente para estudo do comportamento dos operários nas fábricas, também têm sido feitas experiências da maior importância, com resultados proveitosos. Das disciplinas congêneres é de fato a psicologia social que mais tem utilizado a experimentação, desenvolvendo variadas técnicas, para estudo do comportamento,

e até para *previsão* do comportamento, como nos inquiridos de opinião pública. Entre estes merecem especial menção os inquiridos eleitorais. A sua grande vantagem sobre os congêneres é que as conclusões da consulta podem ser imediatamente conferidas com o resultado das próprias eleições. O pleito eleitoral funciona como teste, dando ao processo um alcance muito próximo da experimentação social.

Os escritores especializados, como Lundberg, (12) enumeram e explicam as diversas técnicas desenvolvidas pelos cientistas sociais. Lembrarei, muito sumariamente, os questionários, as escalas para medir atitudes, os inquiridos de opinião pública, as experiências dramáticas da sociometria, as entrevistas, a observação participante (usada até pelos jornalistas mais arrojados), etc.

O aperfeiçoamento das estatísticas é elemento imprescindível para a correção das observações feitas em escala menor, porque é o dado estatístico que permite, pela sua projeção macroscópica, verificar a significação das conclusões do observador, que operou em área reduzida. Beatriz Webb, que carecia de formação estatística, recordava sempre que a sua colaboração e contacto com os estatísticos a livraram de cometer muitos erros. Nunca se esquecia da freqüente advertência de chefe de uma pesquisa de que participou. Quando se lhe comunicava uma observação em escala reduzida, indagava êle: — Quantas pessoas agirão dêste modo? Em que grau, em que extensão esse comportamento pode ser observado na sociedade? Estas e outras perguntas do mesmo gênero só podiam ser respondidas pelo estudo e interpretação das estatísticas respectivas.

VIII. TENDÊNCIAS

Para completar o panorama sumário que apresentamos da ciência política, é oportuno recordar as principais conclusões a que chegou o já citado inquirido da UNESCO quanto às tendências atuais da nossa disciplina.

Em consonância com a orientação a que já nos referimos inicialmente, de estudar os fatos sociais preferentemente às doutrinas, também se procura dar mais objetividade aos estudos políticos. É cada vez maior o cuidado de ampliar a observação e a coleta, para fundar as conclusões em dados abundantes, corrigindo-se, desse modo, o hábito, muito próprio da

(12) George A. Lundberg, *Técnica de la Investigación Social*, trad. de José Miranda (México, 1949).

infância das ciências, de basear generalizações em observações incompletas, insuficientes ou inadequadas.

Outra tendência significativa tem consistido em dar maior atenção ao estudo do comportamento político, com o auxílio das técnicas desenvolvidas pela psicologia social. Modalidade de pesquisa muito em voga atualmente, na França, e que está vinculada às análises do comportamento político, são os estudos de sociologia eleitoral. Estas investigações ainda são predominantemente estatísticas, mas já se vai dedicando muita atenção às pesquisas de campo. Aliás, o Prof. Costa Pinto e eu mesmo já tivemos ocasião de prestar ajuda a um bolsista francês, Jean Blondel, (13) que realizou valiosa pesquisa política na Paraíba, confrontando o comportamento político dos eleitores de uma comunidade tradicional, no interior do Estado, com o dos eleitores de um centro urbano, próximo da capital, que apresenta características de comunidade moderna, industrializada, progressista.

Outra tendência moderna é a de uma aproximação maior entre o estudo da ciência política e a prática política. Eis aí uma autêntica faca de dois gumes. A participação na vida política, ao mesmo tempo que permite observação mais acurada (inclusive pelo conhecimento direto de fatos que os interessados cuidam de ocultar), oferece, por outro lado, o grande risco de aumentar o lastro ideológico ou preconceitual que tanto perturba a isenção do cientista político.

Não desejamos terminar esta exposição sem observar que a tônica da ciência política não é a estática, mas a dinâmica social. Essa conclusão salta aos olhos, desde o momento em que utilizamos o conceito de *direção* da sociedade como ponto de referência para determinação do objeto da ciência política. Esse critério, que corresponde a situar o problema do controle social deliberado no centro de atenção do cientista político, torna evidente que o eixo das suas preocupações é a dinâmica da sociedade, porque é através do controle social deliberado que as forças políticas atuantes procuram influir efetivamente na conduta dos homens, tentando pôr a marca da sua militância no cerne do processo social.

Mesmo no exame das instituições, o que mais importa ao cientista político não é a sua descrição, nem o seu estudo comparativo, porque isso já é feito com apreciável exatidão pela teoria do estado e pelo direito público; o que mais interessa ao cientista político é saber como funciona essa estrutura, é

(13) Jean Blondel, *As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba*, trad. e notas de Alcantara Nogueira (Rio, 1957).

investigar como as diversas forças sociais chegam a influir nesse processo, ajustando as instituições políticas à infraestrutura social em permanente mutação, ou procurando conter, com as próprias instituições políticas, o fluxo incessante do processo social.

É este aspecto dinâmico o mais importante para o cientista político. Por isso mesmo a ciência política, apesar da sua natureza positiva, empírica, não pode ser indiferente aos valores morais, sociais ou políticos. A simples determinação do objeto de estudo, a preferência do cientista pelo exame de um tema em vez de outro, essa própria escolha pode resultar de uma predisposição de natureza valorativa, que reflete uma atitude do cientista em face do problema que pretende investigar. Podemos estudar um tema, em lugar de outro, porque consideremos valiosa essa investigação para justificar as instituições vigentes, ou para ajudar a corrigir suas deficiências, ou para demonstrar a necessidade da sua reforma de base. Mas nada disso deve impedir que, escolhido o tema, o seu tratamento seja rigorosamente científico, objetivo, imparcial.

Eis uma colocação o problema que nos permite, em certo sentido, ladear uma velha polêmica. A ciência política utiliza ou não utiliza valores sociais? É indiferente, ou não, a esses valores? Em caso afirmativo, pode considerar-se uma ciência positiva? Parece-nos que as duas posições são conciliáveis, no sentido já indicado. O cientista político, na realidade, não é imune aos valores sociais: em primeiro lugar, porque vive como toda gente sob a pressão, nem sempre sentida, mas atuante, dos fatores sociais; em segundo, porque é a influência de valores sociais que determina muitas vezes a sua preferência pelo estudo deste ou daquele tema; em terceiro, porque o seu labor científico produz resultados que serão utilizados pelos doutrinadores ou pelos políticos militantes.

Entretanto, uma vez escolhido o tema, o que procura o autêntico cientista, ao estudá-lo, não é um resultado preconcebido; o que ele busca é encontrar correlação entre os fenômenos observados, num esforço intelectual idêntico ao de qualquer outro cientista. E no cumprimento dessa tarefa, para que mereça o nome de cientista, ele há de ser o mais objetivo que puder, esforçando-se para se libertar de preocupações valorativas, para permanecer equilibrado, isento, sereno, apaixonado somente pela verdade. O seu conceito de utilidade há de ser apenas a utilidade do conhecimento; ele investiga para conhecer, porque o conhecimento, a descoberta, a revelação é o momento supremo no labor do cientista.

Resta uma última observação, para terminar esta palestra já tão fastidiosa. Na medida em que alguns sociólogos

passaram a dar atenção quase que exclusivamente às formas sociais, formas estáticas, abstratas, deixando de tocar no conteúdo vivo destas formas, pondo de lado justamente a matéria prima da dinâmica social, foi principalmente à economia e à ciência política que se transferiu grande parte dessa herança, legado sem dúvida oneroso, porque a substância viva da sociedade e da história é candente e perigosa, justamente por ser viva e atuante. Se os cientistas políticos, por temor do encargo, quiserem passar adiante os problemas da sua ciência, terão desmentido o seu destino. A complexidade, as incompreensões e os riscos é que fazem a sedução e a glória da ciência política.